+museu

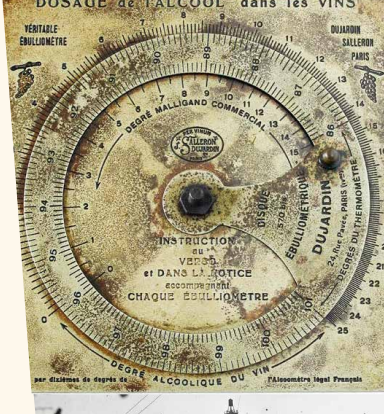
Boletim do Museu Municipal de Palmela | n.º 33 - novembro 2026

Editorial











O ano de 2026 reveste-se de elevado simbolismo, evocando momentos e factos que merecem o nosso reconhecimento. Mas, para que o futuro seja construído sobre uma base sólida e as lições do passado sejam integradas, é-nos exigida, igualmente, uma leitura mais atenta e informada sobre essas páginas históricas da nossa vida coletiva.

Se, a nível nacional, vivemos 2026 sob o signo dos 50 anos da Constituição da República Portuguesa e do Poder Local Democrático, em Palmela, essas importantes conquistas ganham uma nova dimensão ao celebrarmos o centenário da Restauração do Concelho.

A 1 de novembro de 1926, concretizava-se a ambição da população de Palmela, inconformada, ao longo de mais de sete décadas, com a extinção do Concelho. A agregação a Setúbal, integrada na reforma administrativa liberal do século XIX, não deixa, contudo, de ter contornos políticos e económicos, expressos na enorme pressão exercida pelas elites setubalenses, junto das Cortes, pela extinção de Palmela, onde estavam as extensas propriedades que produziam bons vinhos, laranjas e outras riquezas. A notícia da Restauração do Concelho de Palmela fez duras manchetes em Setúbal, onde foi recebida com profundo desagrado, apenas apaziguado pela notícia subsequente da criação do distrito de Setúbal, a partir da divisão do distrito de Lisboa em dois, com o limite traçado pelo rio Tejo.

Neste número do boletim +Museu, é apresentado um importante trabalho de investigação sobre esta época particularmente conturbada da História local e do país, que o Município aprofunda no programa comemorativo do centenário, com destaque para o lançamento da publicação "A Casa da Câmara do Concelho de Palmela".

Com a Restauração, Palmela sentiu que lhe era devolvida a autoestima, a centralidade histórica e a importância estratégica que havia desempenhado outrora. Celebrar esta efeméride é, pois, prestar homenagem à coragem do grupo de Restauradores, encabeçada por Joaquim José de Carvalho, e à população que tão bem representaram nesta luta pela afirmação de uma identidade muito própria, que nem o tempo nem uma agregação forçada conseguiram apagar.

A Presidente da Câmara

Ana Teresa Vicente

NO CENTENÁRIO DA *RESTAURAÇÃO* DO CONCELHO DE PALMELA (1926 – 2026). UMA VITÓRIA DE TODOS OS MUNÍCIPES!



Pelourinho de Palmela, reerguido pela população em Fevereiro de 1907

«A boa notícia corre veloz, os operários largam o trabalho, fecham-se as oficinas, os comerciantes abandonam os estabelecimentos, as mulheres descuram os trabalhos domésticos e todos veem para a rua com favoráveis comentários – rebentam os primeiros morteiros que nos fazem estremecer de comoção e levam aos camponeses a confirmação da notícia que ansiosamente aguardavam – e magicamente se juntaram milhares de pessoas.

Então foi um delírio indescriptível, e se recordar é viver, deixae-me recordar esses momentos felizes, essas horas de santa balbúrdia em que vi o povo e as filarmónicas sair expontaneamente para a rua num louco entusiasmo, e em estrondosas manifestações ao Governo, ao Ministro da Marinha e ao Ilustre General Amílcar Mota. As filarmónicas executam hinos patrióticos, o povo confraternisa-se, veem-se olhos marejados de lagrimas, as creancinhas compartilham de alegria dos pais, mas ficam espantadas ante o espectaculo tão grandioso e que jámais tinham visto, os acórdes do hino da Restauração de Portugal faz-nos vibrar o coração e evocar a acção arriscada e heroica dêsses bravos portuguezes de 1640.

Agora, como então, é um povo que se liberta.»[1]

Assim descreve Joaquim José de Carvalho[2] a euforia vivida em Palmela no início de Novembro de 1926, logo que corre a notícia: o concelho foi restaurado!

Por Foral concedido por D. Afonso Henriques e seu filho Sancho, o concelho de Palmela foi criado em 1185. Território-fronteira do reino nos primeiros anos da nacionalidade e, entre 1482 e 1834, sede da Ordem militar de Santiago, com maior ou menor poder geo-estratégico ao longo dos séculos, foi defesa dos territórios de Setúbal e Lisboa, tendo o seu castelo sido abaluartado no século XVII com esse intuito. A partir do século XVIII, contudo, o seu poder simbólico, económico e militar entra em decadência.

No quadro da política de ordenamento administrativo do regime liberal, Palmela foi integrado no concelho de Setúbal – que nascera no termo do primeiro - em 1855, ao mesmo tempo que o Julgado era também extinto. Setúbal, com um importante porto e uma indústria em expansão, desde a década de 40 de oitocentos que defendia essa anexação administrativa. Num território com 670 anos de história, munícipes de todos os pontos do território de Palmela assumiram uma combativa atitude.

Logo em 1856, um conjunto de proprietários locais *«como fiéis intérpretes dos sentimentos de todos os mais moradores do grande e antigo concelho e julgado de Palmela»*[3] apresentaram as suas razões às Cortes, salientando que o número de fogos e extensão do termo dos concelhos de Alcochete, Aldeia Galega do Ribatejo, Sesimbra, Barreiro e Seixal eram inferiores aos de Palmela. Apresentavam dados sobre a importante produção de vinho, azeite e arroz do território, chamando também a atenção para o facto de os *«belos pomares de excelente e preciosa laranja, conhecida como laranja de Setúbal por ser pelo porto desta vila que se faz a sua exportação para os mercados estrangeiros» serem do "concelho"* de Palmela. A Junta de Paróquia local, em 1860, volta a colocar a questão aos Deputados. Em 1873, a Junta de Paróquia de S. Lourenço de Azeitão chega a manifestar acordo em integrar um concelho com sede em Palmela.

Em 1914, quando se criaram novos concelhos, e teve início a Grande Guerra, foi apresentado aos Deputados um Projecto-Lei para restaurar o concelho, com base na evolução demográfica e no rendimento colectável, que em Palmela eram muito superiores aos de outros concelhos. À data, já a gestão de José Maria dos Santos (1832-1913) na herdade de Rio Frio e o caminho-de-ferro tinham contribuído para essa realidade. A proposta de diploma recolheu pareceres favoráveis das Comissões parlamentares de Administração Pública e de Finanças, mas não deu lugar à pretendida alteração administrativa. O republicano Joaquim Brandão (1876-1927), deputado por Setúbal e co-autor do citado projecto-lei, manteve o assunto em agenda em 1916, 1921 e 1925.

[1] Cf. *A Vila de Palmela*. Palmela: Câmara Municipal, 1930 (Fac-simile publicado pela Câmara Municipal de Palmela, 1996)
[2] Joaquim José de Carvalho (1895–1975) liderou o Movimento Pró-Concelho de Palmela e seria o 1.º Presidente da Comissão Administrativa de Palmela após a Restauração, entre 1926 e 1929. Exerceu, de novo, funções de Presidente da Câmara Municipal entre 1946 e 1948.
[3] Cf. FORTUNA; António Matos - *Extinção e restauração do concelho: um combate singularmente duro.* Col. "Monografia de Palmela, vol.3", Palmela: Grupo dos Amigos do Concelho de Palmela, 1995, p. 67

Um referendo local, em 1921, demonstrou a vontade popular: os munícipes inscritos – apenas os homens, que sabiam ler e escrever – manifestaram-se, por unanimidade e voto secreto, a favor da Restauração do concelho. Joaquim José de Carvalho, que presidiu à mesa desse acto eleitoral, foi expulso do exercício das funções Vereador da freguesia de Palmela no concelho de Setúbal, por integrar o Movimento Pró-Concelho de Palmela.

Durante 71 anos, o território de Palmela cresceu demográfica e economicamente em plena Regeneração, passou pela grave crise de 1890, reergueu o Pelourinho em 1907, viveu a Guerra de 1914-18 e os anos da 1.ª República sem esquecer o seu objectivo.

Com a Ditadura Militar, decorrente do golpe de 28 de maio de 1926, que pôs fim à 1.ª República e desencadeou o *Estado Novo,* dominado pela ideologia de António de Oliveira Salazar, o concelho é finalmente restaurado ou "criado", como consta no Decreto n.º 12 615 publicado em *Diário do Governo* de 8 de Novembro desse ano, com despacho de 1 do mesmo mês. Setúbal reage negativamente, embora a criação do distrito a 22 de Dezembro reponha a *serenidade* naquela cidade.

Nos anos que se seguem, o novo regime político é saudado calorosamente em Palmela, pois deu resposta à aspiração antiga. Em Maio de 1927, o agradecimento ao Ministro da Marinha, Contra-Almirante Jaime Afreixo (1867-1942), e ao General Amílcar Mota (1864-1949) é uma manifestação pública marcante e fica também expresso na toponímia da sede concelhia, que fará tributo ainda dessa forma a Joaquim Brandão e mais tarde a Joaquim José de Carvalho e aos que com ele partilham o epíteto de «*Restauradores do Concelho de Palmela*», a saber: Manuel Machado de Oliveira, Agostinho Augusto Pereira, Pedro Augusto da Fonseca, Victor Leão Pacheco e o P.e Moisés da Silva.

Nos dois primeiros anos da nova administração, foram reparados edifícios, calçadas e estradas, melhorou -se a iluminação pública, a limpeza de ruas, de fontes e poços, fizeram-se inspecções sanitárias, subsidiou-se uma «*camionete de carreira*» e o hospital da vila, foram dados «*bodos aos pobres*», foi feita arborização em vários locais e criaram-se as freguesias de Marateca, Quinta do Anjo e Pinhal Novo, além de se conceber um programa de melhoramentos futuros.

Em 1928, é criado um jornal regionalista: O Palmelense, «*um agente propulsor do progresso, que é a imprensa (…) independente de paixões políticas e partidárias*»[4], que tem como «Director, Editor e Proprietario» Joaquim José de Carvalho e como «Redactor Principal» o Padre Moisés da Silva.



ANO I. N.º 1 — PALMELA, 1 DE NOVEMBRO DE 1928 — PREÇO $50

O Palmelense

JORNAL REGIONALISTA

DIRECTOR, EDITOR E PROPRIETARIO: JOAQUIM JOSÉ DE CARVALHO — Rua Alm. R. Gomes e Almirante Reis — PALMELA

REDACTOR PRINCIPAL: P.e MOISÉS DA SILVA

Composição e impressão: Travessa das Mercês, 31

DUAS FIGURAS

Palmela, terra gloriosa de tradições, que ha 310 annos antes de Christo foi fundada pelo pretor Allo Cornelio de Palma, veste hoje as suas melhores galas: commemora o 2.º aniversario da restauração concelhia. Deverse ao sr. contra-almirante Jaime Afreixo, antigo Ministro da Marinha, pela sugestão do sr. general Amilcar Mota, tambem antigo Ministro da Guerra, figura notavel do Exercito Portuguez, a restauração do concelho.

Ao grande marinheiro e ao brioso militar Jaime Afreixo e Amilcar Mota apresenta o PALMELENSE em nome do seu povo, os protestos da sua inquebrantavel amisade e inolvidavel gratidão.

VIVA A MARINHA! VIVA O EXERCITO!

Fina os

A que vimos

Todos os santos

Visita do Chefe do Districto de Setubal a Palmela

Programa das festas

Na esplanada

Á tarde, no miradouro do castello.
Ao ver o sol abandonar o dia,
Quem não dirá cheio de alegria?
Oh! quadro magestoso e belo!

E. Brito

O Palmelense, n.º 1, 1 de Novembro de 1928

As administrações municipais que, a partir daí, geriram Palmela tentaram repor a importância simbólica e efectiva do município, embora ao longo das décadas a situação económica, financeira e política do país não tenha garantido às populações uma elevação significativa das condições de vida e de desenvolvimento local.

No Centenário da *Restauração* do concelho, o município recorda à comunidade informação que aborda quer a situação do concelho à data da extinção, quer a evolução ocorrida no país e a nível local que garantiu a recuperação da autonomia administrativa, contribuindo assim para suscitar questões sobre esse período histórico. Uma exposição itinerante, e uma publicação que a acompanha, são um contributo que partilhamos com a comunidade educativa e com a população em geral, identificando bibliografia que pode ser consultada na nossa rede de bibliotecas municipais e/ou on-line quer por docentes, quer por alunos.

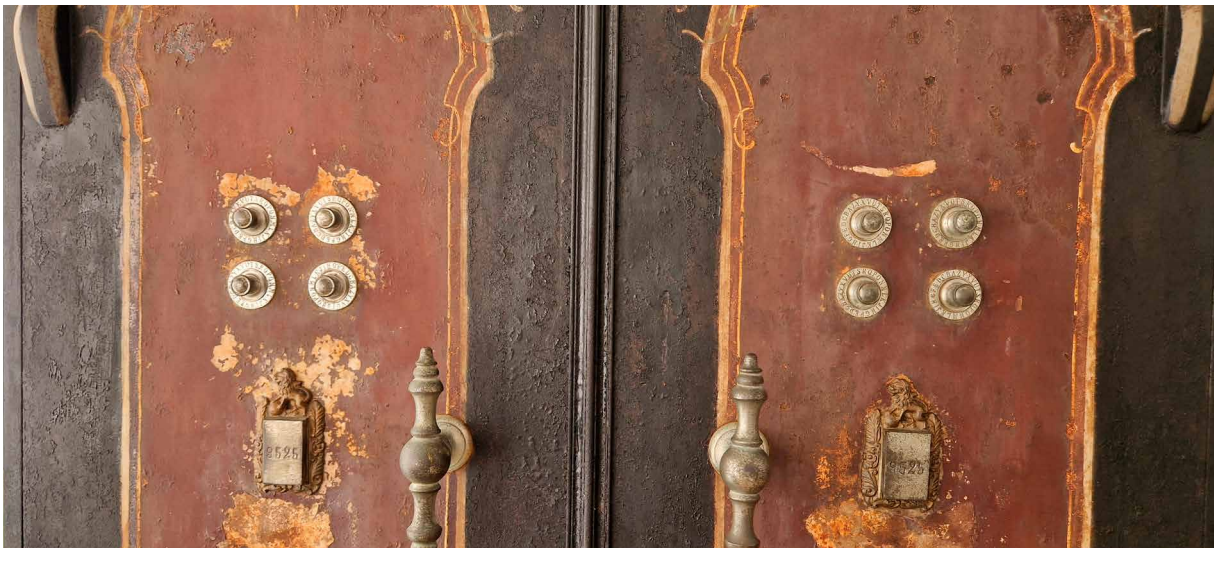
A História faz-se com todos os homens e mulheres, uns mais conhecidos do que outros. Os homens conhecidos como *Restauradores do concelho* foram representantes de muitos anónimos que festejaram em *"delírio indescritível"* aquela data que celebra agora o Centenário.

Todos somos portadores de Memórias, e por isso fazemos um apelo: caso possua documentos (fotografias, jornais, memórias de época, utensílios antigos…) que queira partilhar, contacte o Museu ou o Arquivo Municipais. No site deste último, existe o Fundo Joaquim José de Carvalho, com documentação disponível sobre a temática deste artigo, para consulta in https://arquivomunicipal.cm-palmela.pt

Maria Teresa Rosendo
Museu Municipal de Palmela
A autora foi livre de optar ou não pelo Acordo Ortográfico de 1990

[4] in X-arqWeb Arquivo Municipal de Palmela (consultado em 07.10.2026)

CONSERVAR PARA CONTAR: A INTERVENÇÃO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO DE UM COFRE HISTÓRICO



Um cofre que também é património

Os objetos que chegam até nós, vindos de outros tempos, transportam muito mais do que a função para a qual foram criados. Os materiais, as técnicas de execução, as marcas de utilização e até os sinais de degradação ajudam a compreender a sua história. Conservar um objeto histórico significa preservar não apenas a sua matéria, mas também os vestígios que permitem continuar a interpretá-lo e a transmiti-lo às gerações futuras.

Foi com este princípio que se realizou, em julho de 2025, uma intervenção de conservação e restauro num cofre ou armário-forte constituído por diferentes materiais, sobretudo madeira, liga de ferro e liga de cobre. O objeto encontra-se identificado através de uma chapa com a inscrição "Serralharia da Antiga Casa. Encarnação,... Lisboa" e é datado, dos séculos XIX/XX.



O armário-forte polimatérico da Câmara Municipal de Palmela apresenta-se como uma estrutura monumental de duas portas frontais verticais, ladeada por colunas torneadas em relevo e encimada por uma imponente cornija superior trabalhada em madeira, seguindo um padrão estético revivalista e eclético característico da transição do século XIX para o século XX. A face das duas volumosas portas em liga de ferro ostenta uma rica decoração pictórica, composta por fundos em tons de vermelho-escuro e molduras curvilíneas a dourado que encerram decorações fitomórficas e vasos florais na base de cada painel. No centro de cada porta, destaca-se o complexo sistema mecânico de alta segurança, constituído por quatro botões giratórios de segredo dispostos em quadrado, robustos puxadores verticais de manobra em forma de balaústre e os espelhos das fechaduras centrais.

Fixadas na parte inferior de ambos os painéis, as duas chapas de identificação ovais em liga de cobre atestam a proveniência da "Serralharia da antiga casa Encarnação, sucessor, M.V. da Fonseca, Rua dos Correeiros, Lisboa". Esta serralharia esteve sediada na Rua dos Correeiros (na Baixa Pombalina de Lisboa) e era especializada no fabrico de sistemas de segurança e fundição de alta resistência. A reputação da firma — salvaguardada pela preservação do nome do mestre fundador original como selo de confiança — levou-a a fornecer cofres a importantes instituições públicas e autárquicas da região, entre as quais se destaca a Câmara Municipal de Palmela.

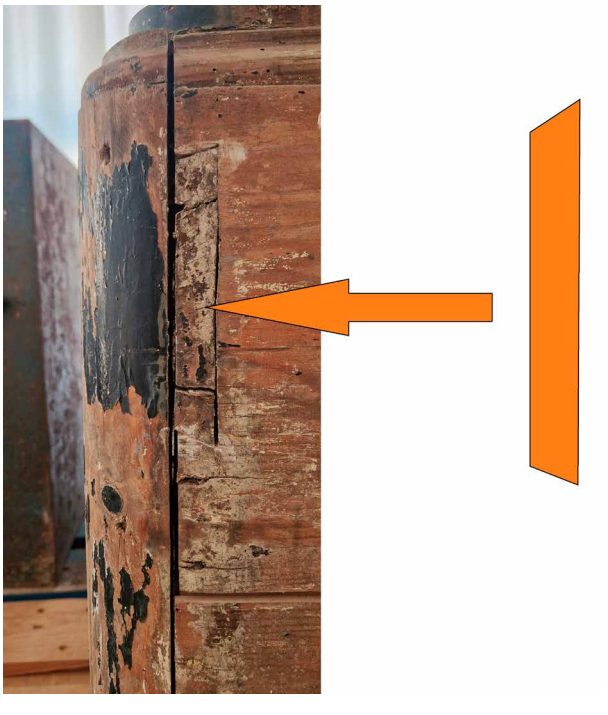
O armário-forte polimatérico serviu precisamente a Câmara Municipal, constituindo um testemunho material fulcral da sua história político-administrativa e económica.

Operando originalmente no coração financeiro de Lisboa para responder às rigorosas necessidades de proteção de valores e documentos oficiais de autarquias e alfândegas, a oficina pombalina construiu este exemplar, combinando a robustez metalúrgica das ligas de ferro fundido (essenciais para a resistência ao fogo e a tentativas de arrombamento) com o apuro mecânico e estético das ligas de cobre (latão e bronze), aplicadas nos componentes da fechadura e na chapa identificativa. A integração de elementos em madeira no interior ou revestimento permitia que o objeto funcionasse como mobiliário funcional dissimulado, perfeitamente adaptado ao ambiente solene dos gabinetes municipais da época.

Um objeto de construção complexa

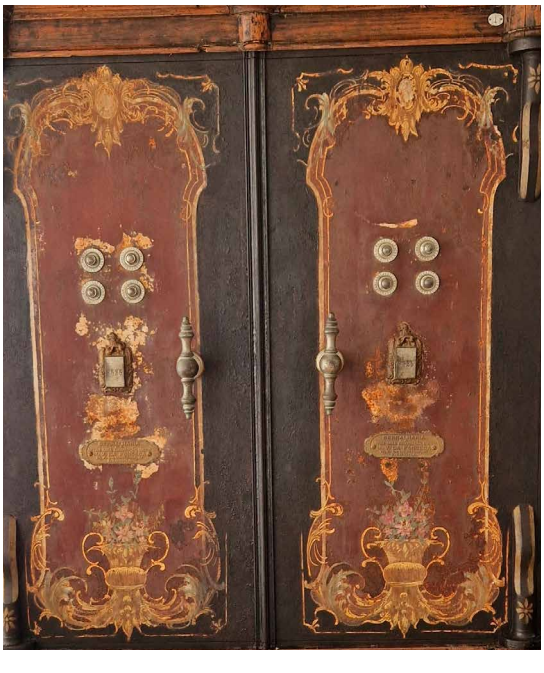
À primeira vista, é a robustez do cofre que se destaca. Contudo, uma observação mais atenta revela um objeto bastante mais complexo, no qual convivem materiais com características e comportamentos diferentes.

A estrutura em ferro encontra-se assente num móvel de madeira de pinho, constituído por uma caixa e duas grandes gavetas. O conjunto apresenta uma superfície predominantemente negra, contrastando com as almofadas das gavetas, de tonalidade castanha, próxima da cor bordeaux. A construção do móvel recorre sobretudo a uniões em cauda de andorinha.



Esta diversidade de materiais constitui um dos aspetos mais interessantes do objeto, mas representa também um desafio para a sua conservação: madeira e metal degradam-se de formas distintas e, consequentemente, não podem ser tratados da mesma maneira.

Na frente, duas grandes portas apresentam decoração de motivos pintados a dourado sobre fundo negro. Encontram-se ainda vários elementos metálicos, incluindo componentes em liga de cobre e maçanetas torneadas. Nas extremidades da frente surgem colunas cilíndricas em madeira, completando a composição decorativa do conjunto.



[1] In Monografia de Palmela, nº 3, p. 62, citada in «Importância ou projecção social do Salão Nobre» da casa da câmara de Palmela, Documento técnico interno da Câmara Municipal de Palmela.

As marcas deixadas pelo tempo

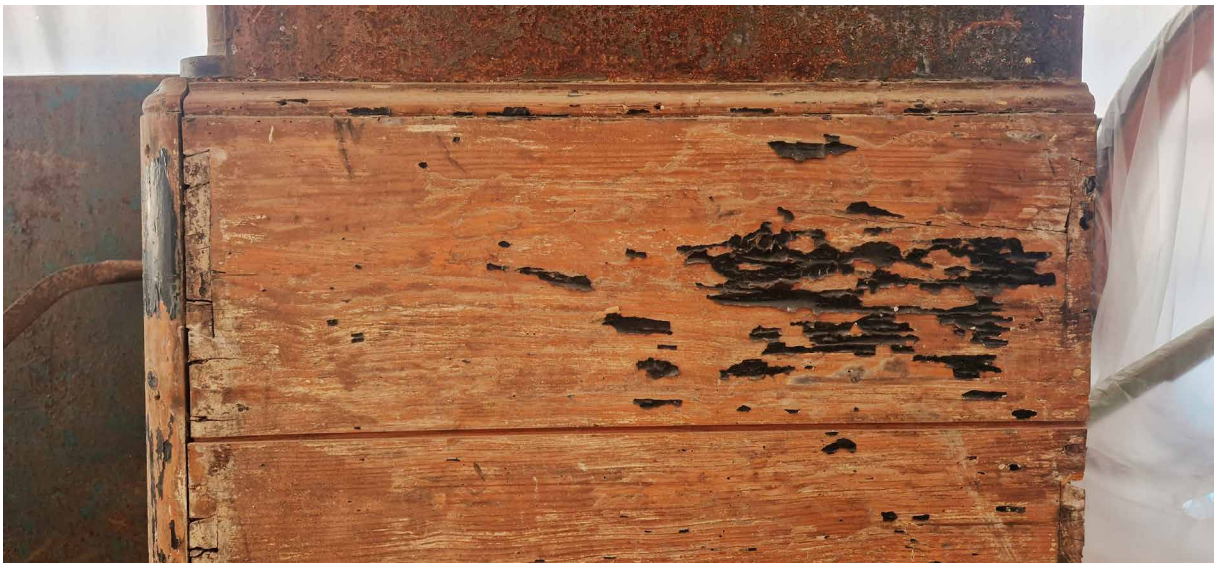
Antes de qualquer intervenção de conservação e restauro é fundamental observar, identificar e registar as alterações existentes. É esta fase de diagnóstico que permite estabelecer uma estratégia adequada, escolhendo os materiais e os métodos de intervenção em função das necessidades concretas do objeto.

Neste caso, o estado de conservação da estrutura em madeira era considerado mau. Foram identificados sinais de ataque por insetos xilófagos, sobretudo na zona posterior e no interior do móvel, acompanhados por fragilidade do suporte e abertura de algumas juntas. Junto à base existiam ainda manchas de humidade relacionadas com o contacto do móvel com um pavimento húmido.





Mas um dos problemas mais evidentes encontrava-se na superfície pintada. A policromia negra apresentava destacamentos ativos e perdas muito significativas, estimadas em cerca de 50%. Na lateral direita, a situação era particularmente grave, conservando-se apenas cerca de 20% da policromia. A observação das áreas destacadas permitia ainda reconhecer a existência de duas camadas negras.



O topo amovível em madeira também apresentava problemas. A madeira encontrava-se muito ressequida e algumas das tábuas tinham-se separado dos respetivos travamentos. Só posteriormente foi possível observar melhor o interior da estrutura de suporte, onde se encontrou uma grande acumulação de sujidade, excrementos identificados no relatório como consistentes com rato, serrim associado ao ataque xilófago, tábuas partidas e placas de corrosão destacadas da parte inferior do cofre.

O metal apresentava igualmente um quadro de degradação relevante. A corrosão ativa encontrava-se generalizada nos elementos metálicos e tinha provocado destacamentos e lacunas na camada de policromia. Eram também visíveis riscos e pequenas deformações mecânicas. Nos elementos em liga de cobre observavam -se sinais de desgaste e abrasão associados ao uso e ao manuseamento, enquanto uma espessa camada de poeiras e sujidade cobria as superfícies.



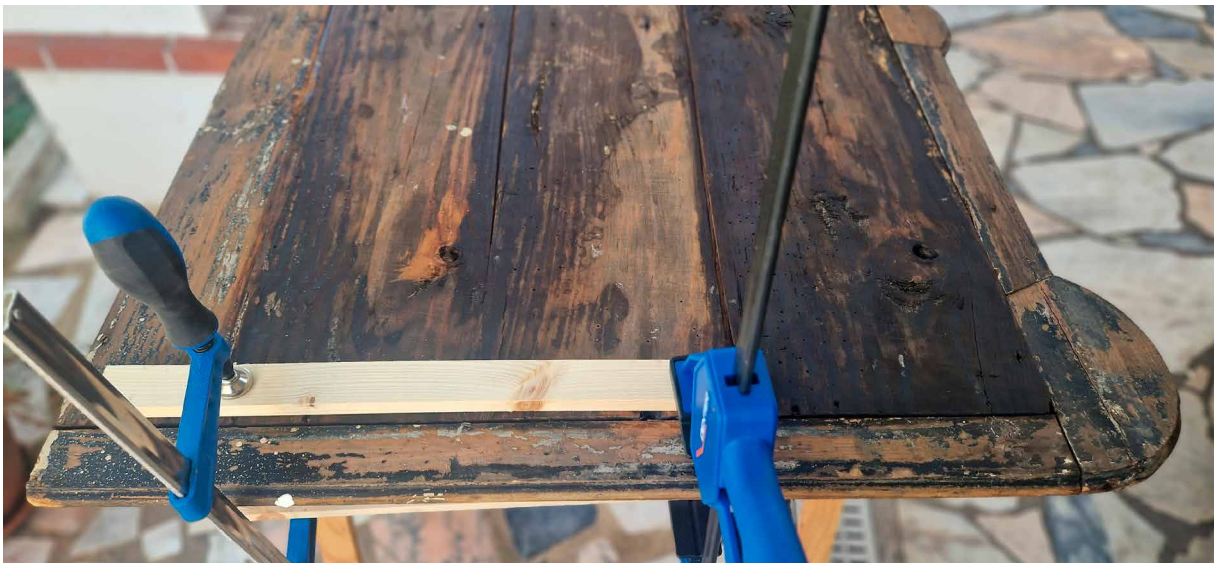
Intervir para conservar

Perante este estado de conservação, o objetivo não passou por transformar o cofre num objeto com aparência de novo. A prioridade foi estabilizar os materiais existentes, travar ou reduzir os processos de degradação identificados e preservar os elementos que ainda se conservavam.

No caso da madeira, uma das primeiras preocupações foi a policromia que se encontrava em risco de destacamento. Antes de avançar para o tratamento, foram realizados testes com diferentes adesivos. Foi inicialmente testado Paraloid B72® em solvente aromático, mas o produto não sensibilizou a policromia de forma a permitir o seu aplanamento. Optou-se então pela utilização de Primal®, que permitiu realizar a fixação. No final foi aplicada uma camada de cera microcristalina destinada a proteger a superfície.

Esta fase ilustra um aspeto importante da profissão do conservador-restaurador: a intervenção não resulta da aplicação automática de uma receita. É necessário observar como os materiais respondem e adaptar a metodologia ao comportamento e ao estado de conservação do objeto, dependendo do material, tipo de objeto, estado de conservação, etc..

O topo exigiu uma intervenção mais profunda. Depois de transportado para estaleiro foi sujeito a uma aspiração controlada com recurso a pincéis, seguindo-se uma limpeza por via húmida com água destilada e detergente neutro. As tábuas foram posteriormente coladas com um adesivo proteico e mantidas sob pressão para recuperar a sua fixação e planificação. Finalmente, foi aplicada a camada de proteção.



O tratamento dos metais

A intervenção na componente metálica teve necessariamente uma abordagem diferente.

As ferragens e os elementos decorativos em liga de cobre foram desmontados para poderem ser tratados individualmente.



A primeira limpeza foi realizada por via húmida, utilizando esponjas macias, água destilada e detergente neutro. Seguiu -se um banho de ultrassons destinado a facilitar a remoção de depósitos e incrustações presentes sobretudo nas zonas mais difíceis de alcançar.



Depois de limpas, estas superfícies receberam uma camada muito fina de cera diluída em solvente aromático, funcionando como proteção. Após a evaporação do solvente, as superfícies foram uniformizadas com pincéis de cerdas suaves.

Na estrutura em ferro, o trabalho começou igualmente pela remoção de poeiras, partículas soltas e produtos de corrosão não aderentes, através de limpeza mecânica a seco com pincéis e aspiração controlada. Nas zonas onde permanecia corrosão ativa, realizou-se uma limpeza mecânica seletiva, seguida da aplicação de uma solução aquosa de reversor à base de taninos. Este tratamento promove a formação de tanato de ferro, mais estável, procurando assim inibir a progressão da corrosão.

As áreas que ainda conservavam vestígios da policromia ou do acabamento decorativo original foram consolidadas. Foram igualmente efetuadas reintegrações cromáticas apenas em zonas pontuais, recorrendo a pigmentos compatíveis com os tons existentes e a cera microcristalina como aglutinante. Destaca-se, nesta operação, a preocupação com os princípios de reversibilidade e legibilidade da intervenção.

Preservar as marcas da história

Uma intervenção de conservação e restauro coloca muitas vezes uma questão perante o público: porque não restaurar tudo e devolver ao objeto exatamente o aspeto que teria quando era novo?

A resposta encontra-se no próprio valor do património. As alterações acumuladas ao longo do tempo também fazem parte da existência material dos objetos. Eliminar indiscriminadamente essas marcas poderia significar eliminar informação e substituir matéria histórica por uma interpretação contemporânea.

Neste cofre, a intervenção procurou, antes de tudo, preservar aquilo que chegou até ao presente. As reintegrações cromáticas foram pontuais e as áreas com vestígios da decoração existente foram consolidadas, procurando impedir novas perdas.

O resultado permite continuar a reconhecer a idade e as marcas de utilização do objeto, mas apresenta agora superfícies estabilizadas e protegidas de acordo com a intervenção documentada. Não se procurou apagar o passado do cofre, mas criar condições para que os seus testemunhos materiais possam continuar a ser observados e compreendidos.

Conservar hoje para transmitir amanhã

A intervenção decorreu entre 14 e 17 de julho de 2025. A componente de madeira ficou a cargo da conservadora-restauradora Joana Rosário, enquanto a conservação dos metais foi realizada pelo conservador -restaurador António Rocha.

Mais do que o tratamento isolado de um objeto, trabalhos desta natureza permitem aproximar a comunidade do seu património. Um cofre que durante grande parte da sua existência teve como função guardar e proteger bens passa, ele próprio, a constituir um bem a proteger.

Talvez resida aqui uma das ideias essenciais da Conservação e Restauro: não apagar o tempo, mas conservar os testemunhos que o tempo nos deixou.

Joana Rosário
(Conservadora-restauradora)

UMA SINAGOGA MEDIEVAL EM PALMELA?

O acompanhamento arqueológico decorrente de ações de recuperação urbanística, em imóveis no Centro Histórico de Palmela, tem-se revelado profícuo, sobretudo ao nível do registo de elementos parietais, ou seja, vestígios arquitetónicos dissimulados no interior das paredes. Os edifícios têm uma dinâmica própria e ao longo dos tempos os espaços vão-se adaptando às necessidades de quem os habita. Contudo, na sua generalidade, as paredes mestras acabam por se manterem erguidas ao longo dos séculos, ocultando sob o seu reboco muitas evidências do passado. Essas evidências caracterizam-se sobretudo por portas e janelas entaipadas, na sua maioria construídas nos séculos XV / XVI, revelando uma malha urbana consolidada, pelo menos desde o final da Idade Média, resiliente ao tempo, inclusivamente a alguns terramotos.

Foquemo-nos na recente intervenção de recuperação do imóvel acompanhado arqueologicamente pelo Museu Municipal de Palmela, sob direção científica da signatária, mais concretamente na Rua Hermenegildo Capelo n.os 64/66, um discreto edifício, escondido entre o atual Espaço Cidadão e o Mercado Municipal, onde outrora funcionou o restaurante 'Cantinho do Mata', e antes deste a 'Taberna da Ti' Mariana' **(Fig. 1)**.



Fig. 1 – Localização do imóvel sobre ortofoto da vila de Palmela.

O edifício apresenta uma planta tendencialmente quadrangular e é composto por 2 pisos, integrando diversos testemunhos arquitetónicos que remontam ao final da Idade Média, início da Idade Moderna. A começar pela fachada, cujas cantarias das portas e janela, esculpidas em arenito da região, apresentavam a típica aresta boleada, do lado externo, característico do século XVI. Porém, os elementos de destaque revelaram-se no interior do imóvel ao nível do 1.º piso. Na parede oposta à da fachada, ao centro identificou-se um aparelho diferente das alvenarias laterais, tratando-se dum enchimento que colmatava uma faixa em toda a altura. Na metade inferior desta faixa, reconhecia-se o contorno dum armário trapezoidal feito em alvenaria de tijoleira. Com a remoção do enchimento do interior deste armário, identificou-se toda a sua parede interior, revestida com várias camadas de cal. Ao retirar o enchimento da metade superior identificou-se outro nível de armário, também revestido a cal, rematado no topo por um arco conopial. Nas laterais desta estrutura que designamos por «armário trapezoidal e conopial» documentou-se o negativo de duas mísulas, construídas em alvenaria de tijoleira, que foram posteriormente destruídas. Restou a sutura da fixação destes elementos à parede. Nos extremos norte e sul da parede, figuram duas portas de arco quebrado, construídas em alvenaria de tijoleira, com aresta chanfrada **(Fig. 2)**.



Fig. 2 – Parede do *hekhal* (?), antes e depois da remoção dos preenchimentos.

Na parede perpendicular do lado norte encontrava-se entaipada uma janela namoradeira **(Fig. 3)** e do lado oposto, na parede sul, uma porta com ombreiras em alvenaria de tijoleira chanfrada, cujo lintel, em arenito da região, apresenta gravado numa das faces um motivo entrelaçado geométrico **(Fig. 4 e 5)**. Esta porta seria o acesso principal para o 1º piso, feito através da Rua Mouzinho de Albuquerque. Em cartografia de inícios do séc. XIX é possível verificar que outrora havia uma reentrância que permitia este acesso direto à referida rua, hoje ocupada pelo edifício nº 4 **(Fig. 6)**.



Fig. 3 – Janela namoradeira, na parede perpendicular ao *hekhal* (?).



Fig. 4 – Porta de acesso à Rua Mouzinho de Albuquerque e *hekhal* (?).

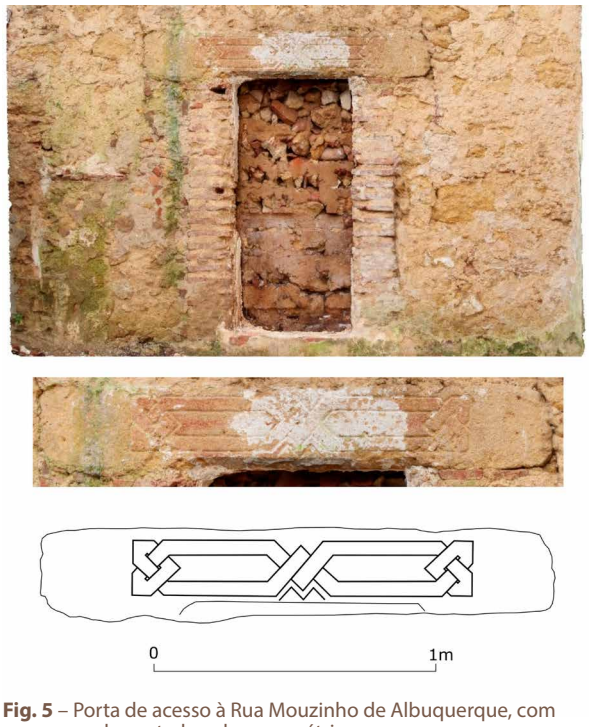


Fig. 5 – Porta de acesso à Rua Mouzinho de Albuquerque, com pormenor dos entrelaçados geométricos.

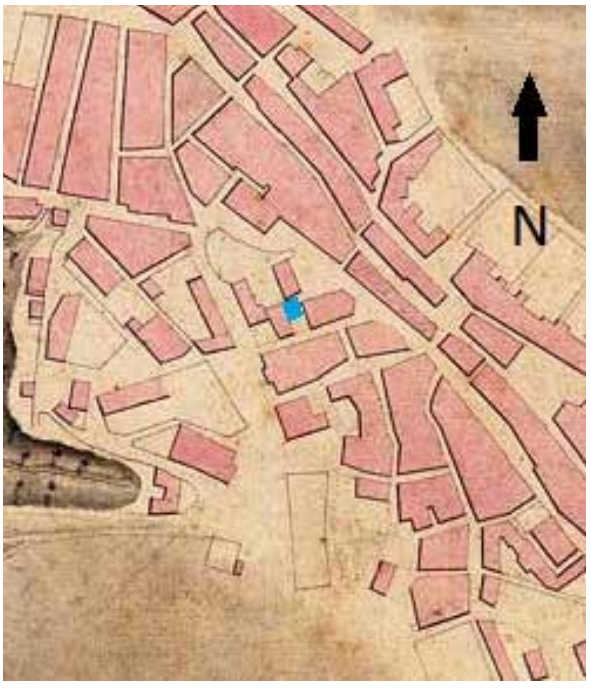


Fig. 6 – Pormenor da Planta da villa de Palmela /levantada por Maximiano Jozé da Serra, Coronel do Real Corpo de Engenheiros, no anno de 1806; dezenhada por Jozé Antonio Morão, 2.º Tenente do mesmo Corpo, no anno de 1820, debaixo das direcçoens do sobredito Coronel (Fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, PTGEAM/ DIE-4741-3-34-47), com localização do imóvel em estudo.

Perante a descrição dos elementos que integram o imóvel, facilmente dissociamos este edifício duma simples utilização quotidiana, para lhe reconhecermos uma funcionalidade mais simbólica. É grande a probabilidade de estarmos perante o principal espaço de culto judaico de Palmela. A presença de dois armários sobrepostos é muitas vezes associada ao *hêkhal*, compartimento onde os judeus sefarditas guardavam os *Sifrei Tóra*. As duas mísulas laterais vêm reforçar a carga simbólico/religiosa polarizada pelos armários. Não se conhece em nenhum elemento de arquitetura civil, em Palmela, decoração com entrelaçados geométricos, patente na entrada principal. Segundo informação prestada pela Professora Doutora Maria José Ferro Tavares, é um facto que as sinagogas peninsulares ou sefarditas costumavam ter três portas e dois pisos sendo, no entanto, o superior a casa do rabi e o acesso à sinagoga das mulheres.

O que é normal não significa que seja a norma. A parede do nosso suposto *hekhal* também não se encontra orientado para Jerusalém, como definem os preceitos estabelecidos.

Indissociável dos elementos aqui documentados, soma-se como parte da mesma realidade, o conjunto de vestígios arquitetónicos registados no Espaço Cidadão, tipológica e cronologicamente coevos (NUNES, PORFÍRIO e SANTOS, 2022 e 2018).

A presença de judeus em Palmela é atestada indiretamente em documentação desde o século XII, indiciando uma pequena comunidade ou núcleos familiares focados na atividade comercial (COSTA, 2016: 307). Maria José Ferro Tavares defende a presença duma comuna no século XV (TAVARES, 1982: 73), momento em que surgem registos de conflito com a população cristã. Em 1439, os procuradores de Palmela queixam-se junto do rei pelo facto dos *"judeus morarem entre os cristãos, ocupando as melhores zonas da vila por onde passavam as procissões – o que permite conceber a sua implantação no centro vital de Palmela".* Em 1443 o rei acede ao pedido e determina que passem a viver em comunidade numa área afastada, mas ainda dentro da vila (COSTA, 2016: 47, 48). Vítimas da perseguição intensificada em finais do século XV, e sobretudo após a criação do Tribunal do Santo Ofício em 1536, muitos judeus de Palmela converteram-se em cristãos-novos. Mas tal como noutros locais, também houve resiliência desta comunidade à conversão (COSTA, 2016: 310-311).

Na longa diacronia registada no Espaço Cidadão, entre diversos elementos arquitetónicos que comprovam a relação com este imóvel, também foram identificados outros indícios da presença de cristãos-novos, designadamente um cruciforme gravado na rocha, um armário de parede trapezoidal, entre duas portas molduradas de tipologia Manuelina e um pequeno nicho/armário com base irregular, enegrecida e com motivo inscrito a carvão na parede de fundo. Neste local, foram identificadas várias estruturas hidráulicas associadas à armazenagem, abastecimento e distribuição de água limpa, numa área mais reservada da casa, acessível através da «Casa da Água» (Nunes, Porfírio e Santos, 2022).

Também muito próximo do nosso imóvel, no edifício de gaveto na Rua Mouzinho de Albuquerque, identificaram-se igualmente alguns portais entaipados tardo-medievais, bem como um armário de parede, também de linha trapezoidal, interpretado como um possível *hekhal*, evidenciando um criptojudaísmo, defendido pela correspondência a alguns preceitos como a orientação e ao formalismo associado a alguns paralelos reconhecidos em Castelo de Vide e Monforte (SOUSA *et al,* 2023: 2-5).

Estamos perante uma realidade com fortes suspeitas sobre a localização da antiga judiaria medieval de Palmela, mas sem confirmações absolutas. Cronologicamente, os arcos de volta quebrada das portas e respetivas ombreiras chanfradas, o entrelaçado geométrico, o arco conopial, são elementos datáveis do século XV coincidentes com a documentação escrita. No entanto, a janela namoradeira é um elemento divergente da linguagem arquitetónica duma sinagoga, revelando a adaptação do edifício ao longo do tempo.

A conjuntura de perseguição a que estas comunidades estiveram sujeitas na viragem da Idade Média para a Época Moderna, foi condição para que os seus rituais tivessem de ser celebrados de forma 'discreta' e que os seus espaços religiosos tivessem de ser pouco evidentes, ou que em períodos de maior tensão houvesse necessidade de entaipar armários do *hekhal* e suprimir mísulas para apagar a memória visível dum espaço. Esta realidade, dominada pelo medo, é transversal a todo o mundo sefardita, constituindo um forte obstáculo no processo de decifração destes espaços cultuais.

Michelle Teixeira Santos,
Património Cultural, Instituto Público
Miguel Correia, Museu Municipal de Palmela

Bibliografia:

CARVALHO, A. R. (2005) «Intervenção Arqueológica no Mercado Velho: primeiros resultados», ***in*** Adenda eletrónica da revista ***al-Madan***, série II, n.º 13
CARVALHO, A. R. (2005-2007) «Intervenção Arqueológica no Mercado Velho: Novos contributos para o conhecimento do quotidiano em Palmela, no final da Idade Média», ***in Musa – Museus, Arqueologia & Outros Patrimónios,*** Vol. 2. Setúbal: FIDS/MAEDS, pp. 74-82
COSTA, J. (2016), «Palmela: o espaço e as gentes (séculos XII-XVI). Tese de Doutoramento em História.» Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Disponível na internet: http://www.academia.edu/27111160/Palmela_o_espa%-C3%A7o_e_as_gentes_s%C3%A9culos_XII-XVI_
FERNANDES, I. C. F.; CARVALHO, A. R. (1997) «Abordagem Arqueológica da Palmela Medieval Cristã», ***in Arqueologia Medieval,*** n.º 5, Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 221-241
FERNANDES, I. e SANTOS, M. (Coord.), «Palmela Arqueológica. Espaços, Vivências, Poderes.» Roteiro da exposição, Palmela: Município de Palmela, pp. 21-25.
NUNES, J.; PORFÍRIO, E.; SANTOS, M., (2018), « O mundo numa casa. As importações no Espaço Cidadão (Palmela)», ***in*** MUSA, Museus, Arqueologia & outros patrimónios, n.º 5, 2018, MAEDS, pp.115-128
NUNES, João; PORFÍRIO, Eduardo; SANTOS, Michelle Teixeira (2022)- Quatro anos de intervenção arqueológica no Espaço Cidadão (Palmela). Os principais resultados e algumas questões, *in digitAR – Revista Digital de Arqueologia, Arquitectura e Artes*, n. 8, p. 357-369.
SOUSA, Miguel Martins de e ÉVORA, Marina, (2023), «Entre portais e armários entaipados. Novos testemunhos arqueológicos no Centro Histórico de Palmela», ***in*** Boletim +Museu, n.º 28, Nov 2023 | Abr 2024, Museu Municipal de Palmela
TAVARES, Maria José Ferro, (1982), «Os judeus em Portugal no séc. XV», Lisboa, Tese de doutoramento apresentada à FCSH/Nova

O EBULIOSCÓPIO DUJARDIN-SALLERON NA COLEÇÃO DO MUSEU MUNICIPAL DE PALMELA

Apesar do parco conhecimento que possuímos sobre a produção de vinho na Península Ibérica durante a Antiguidade, os testemunhos de escritores como Estrabão, geógrafo grego, que nas primeiras décadas do século I d.C. escreveu a obra *Geografia*, refere a existência de vinhedos na Lusitânia Romana. Estas informações são corroboradas pelos dados resultantes das análises polínicas realizadas em sedimentos depositados na área da Ribeira das Naus, em Lisboa, com uma sequência cronológica do século I ao século VI, evidenciando logo desde o Alto Império uma paisagem fortemente humanizada, com elevadas áreas de produção agropecuária, destacando-se a presença de cereais e de *Olea*, e um aumento significativo da presença de vinha logo no século II. Estes dados vieram confirmar a relevância da produção vitivinícola em território olisiponense (FABIÃO, 2021: 75).

Não obstante, também os resultados de intervenções arqueológicas evidenciam o cultivo da vinha e o consumo de vinho, por exemplo em Castro Marim (Algarve), onde – em contextos arqueológicos seguros – foi recolhido um conjunto de grainhas (FABIÃO, 2021, p.75). Estes dados são corroborados pela presença de ânforas encontradas no Castro de Chibanes (Palmela), inserido na tipologia *Dressel* 1, da oficina itálica de C(*aii*) L(*ucii*) SEX(*tiorum*), e que serviam para o transporte de vinho.

Por outro lado, a região da foz do Sado integrava naturalmente este ciclo produtivo, com a existência de diversos centros produtores de ânforas, transportadas para locais de envase, quer fosse de produtos piscícolas, de azeite ou de vinho. Disso são testemunho os dados das escavações arqueológicas que decorreram no sítio romano do Zambujalinho (Águas de Moura, Palmela), onde foram recolhidos diversos fragmentos de ânfora, entre as quais se destacam os exemplares de *Lusitana 3* (QUARESMA *et al.*, 2023), que servia para o transporte de vinho. Esta tipologia de ânfora teve uma produção relevante em diversos centros produtores, entre os quais se destaca a olaria do Porto dos Cacos, em Alcochete.

De facto, sabemos que o vinho integrava a famosa tríade mediterrânica base da economia durante o Império Romano, juntamente com o trigo e o azeite (REMENSAL RODRÍGUEZ, 2008: 51).



Fig. 1 – Vinhas na região de Fernando Pó (Palmela)

Alguns séculos mais tarde, ao longo de toda a Idade Média, a cultura da vinha, conjuntamente com a dos cereais, foram as duas principais produções locais (COSTA, 2016: 174-175). O Foral de Palmela, datado de 1185, faz já referência ao pão e ao vinho como os produtos mais comuns na produção alimentar. Dados os níveis de consumo, a produção local parece ter sido insuficiente, pelo que em determinadas ocasiões haveria necessidade de os adquirir no exterior. Com efeito, o foral taxa a respetiva importação, pois pelo mesmo ficamos a saber que portagem os consumidores pagariam por cada carga de pão ou vinho 3 mealhas (BARROS, SILVA, COSTA, 2005: 54).

Em suma, desde o período medieval e durante todo o Antigo Regime, a produção vinícola foi muito intensa na região de Palmela, surgindo nas fontes escritas do século XVI referências a 31 prédios rústicos relacionados com a vinha e o vinho. Com efeito, durante séculos, o território gozou de um estatuto imutável, pois ao longo do chamado Antigo Regime continuava a estar sob o domínio da poderosa Ordem de Santiago. No século XVIII, o vinho de Palmela já era afamado e o Moscatel de Setúbal era maioritariamente absorvido pelo mercado inglês (CAMPOS, 2017: 198), enquanto o vinho tinto era consumido sobretudo na região, vendido a granel.

Em 1834, com o Liberalismo e com a extinção das Ordens religiosas e a integração dos seus bens (incluindo os das Ordens Religioso-Militares) nos chamados "Bens Nacionais", surgem novos e muito dinâmicos proprietários e grandes e muito modernas herdades, como Rio Frio (Palmela), Algeruz (Palmela) ou Pegões (Montijo). A par dos grandes arroteamentos de meados do século XIX, ocorrem importantes experiências de emparcelamento e de arrendamento/aforamento de segmentos fundiários a modestos trabalhadores agrícolas[1]. É então que se origina a chamada «colonização espontânea», ao serviço do cultivo e exploração de solos incultos e de florestas.



Fig. 2 – Adega de Algeruz (Palmela)

Neste contexto, nas últimas décadas do século XIX ocorre a plantação intensiva de vinhas, com novas formas de financiamento, uma reconfiguração da propriedade agrícola, associada quer à revolução dos transportes, quer ao sensível crescimento demográfico e à consequente expansão urbana, o que proporciona um aumento exponencial de consumidores. É então que a principal atividade agrícola no território passará a ser a vitivinícola. Ao longo da segunda metade do século XIX o setor agrícola registou um elevado crescimento, com um contributo substancial do vinho, com uma produção anual de 348 milhões de litros (CAMPOS, 2017: 200).

Neste período aumenta também o número de armazéns e adegas nas propriedades, surgindo uma arquitetura de vinificação muito própria, de que é exemplo maior a Adega de Algeruz, fundada segundo os princípios da enologia francesa, com o sistema de vinificação industrial de ânfora argelina e um laboratório com equipamento de ponta, também de produção francesa. De facto, uma das componentes mais importantes em todos estas grandes propriedades era o laboratório, local onde o enólogo efetuava o controlo das diversas operações de vinificação, utilizando para o efeito instrumentos analíticos específicos.

[1] Um exemplo da «colonização espontânea» verificou-se a herdade do Rio Frio (Pinhal Novo, Palmela), propriedade de José Maria dos Santos (1832-1913), "[...] o gestor que procedeu à colonização da região de Pegões e Rio Frio, através da cedência de courelas, e deu forma a uma denominada "colonização interna" (ROBALO, 2009: 59). Foi considerada a maior vinha do mundo (LEITE, 2009: 67). Para o cultivo das terras incultas de charneca e graças ao programa de colonização interna, em 1863 contava com duzentas e setenta famílias. No início do século XX esta propriedade possuía 6 000 000 cepas e produzia anualmente 20 000 pipas de vinho. Para lá da produção, José Maria dos Santos acautelou também a distribuição dos produtos. Como refere João Lopes Robalo (2009: 67), "[...] como industrial, através da constituição da sua companhia vinícola, soube dar dimensão nacional e internacional ao colocar o produto transformado junto dos consumidores".

O laboratório estava implantado no interior da adega, em compartimento fechado, onde o enólogo ou técnico credenciado desenvolvia o trabalho de análise da riqueza sacarina do mosto ou o grau alcoólico, o controlo da acidez…permitiam as correções necessárias ao aperfeiçoamento do produto, efetuando o acompanhamento em cada uma das fases das operações de vinificação.

A construção da "moderna adega" de Algeruz recua a 1931, sob a égide de Gregório Gonzalez Briz, com base nos conhecimentos adquiridos no prestigiado curso de Enologia da Universidade de Bordéus (Campos, 2005). Não obstante, algumas peças que faziam parte do laboratório da adega de Algeruz, e que hoje integram a coleção do Museu Municipal de Palmela (por doação da família Briz, em 2005), são de um período anterior. É o caso de um conjunto muito homogéneo em termos produtivos, cronológicos e estéticos, fabricados na empresa Dujardin-Salleron.

Os Laboratoires Dujardin-Salleron é uma prestigiada empresa francesa fundada em 1855, especializada na fabricação de instrumentos de precisão para a indústria vinícola e de bebidas espirituosas. A marca é resultado da parceria histórica entre Jules Salleron (1829-1897), um fabricante de instrumentos científicos, e Jules Dujardin (1857-1947), que se juntou à empresa por volta de 1880 e assumiu a sucessão em 1889.



Fig. 3 – Conjunto do Ebulioscópio (MMP.2005.04.124; fotografia de Bruno Damas)

Disso é exemplo o Ebulioscópio (MMP 2005.04.124), em latão e vidro, com a base em ferro fundido pintado, em forma de ferradura, da década de 20 do século XX, com a marca da empresa[2]. Da base em ferro eleva-se uma haste vertical, metálica, que sustenta a caldeira, o corpo central, onde o vinho era aquecido; possui formato cónico invertido, em cobre, com marca do produtor, em cartela ovalada. Na área inferior termina na torneira de descarga, ou de obturador (ou torneira de purga), com manípulo em T (usada para esvaziar o instrumento após a sua utilização). Sobre a caldeira encontra-se o condensador, colocado na vertical, de perfil cilíndrico, em latão (no seu interior passa o tubo de vapor, que permite que este condense e regresse à caldeira). Da caldeira é fixo o termómetro de vidro, graduado, para registo da temperatura exata de ebulição. Possui a inscrição OENOl Nr 71.

A peça integra também uma lamparina e uma régua corrediça, utilizada para fazer a leitura. A lamparina (MMP 2005.04.2087) possuí um reservatório cilíndrico de perfil baixo, fabricado em latão (material escolhido pela sua resistência à corrosão e excelente condutividade térmica). No centro da parte superior, existe uma protuberância cilíndrica roscada onde se insere o suporte do pavio (em falta). Ao lado do bocal central, observa-se um pequeno orifício que servia tanto para a entrada de ar (evitando o vácuo enquanto o álcool era consumido) como para auxiliar no enchimento do reservatório com álcool desnaturado. A peça possuí tampa, com rosca para encaixe no bico da lamparina, produzido em latão, com área superior destacada, decorado com saliências verticais, concêntricas.

O conjunto inclui ainda a lente ou óculo (MMP 2005.04.2676), peça de corpo cilíndrico, em latão, que contém no seu interior a estrutura da lente. A caixa possui parte superior com rosca, para encaixe de tampa (inexistente). A lente está inserida em suporte metálico e vidro.

Após ferver o vinho na caldeira e ler a temperatura com a ajuda da lupa, o enólogo utilizava uma régua para obter o resultado final de forma rápida e precisa. Esta régua corrediça traduz a riqueza alcoólica através da análise do vinho, transformando o valor que nos é dado em temperaturas para graus centígrados. A régua de cálculo ebuliométrica (MMP 2005.04.123), de formato retangular, em madeira, com chapa em latão na face superior, aparafusada com seis parafusos, três em cada extremidade. Possui um pequeno botão metálico (manípulo), em ambas as superfícies, que desliza para facilitar a leitura exata entre as escalas de temperatura e álcool. A escala central, móvel, tem a marcação em "Centigrade" (graus Celsius) e apresenta uma escala invertida que vai de 101 a 88 graus. A parte fixa possui - na área superior - a escala indicada em "Degrés Alcool légal", baseada no "Alcoomètre légal 1884", numerada de 0 a 15, enquanto a inferior se refere aos "Degrés Malligand", outro padrão de medição vinícola da época. Apresenta ainda a data de fabrico "Règle modèle 1914 n.º 569 deposé, pour vins Ordinaires jusqu'à 15 degrés".

Instrumento de precisão em metal que serve para converter a temperatura de ebulição do vinho no seu respetivo grau alcoólico. É a versão retangular do disco, fabricada igualmente pela prestigiada Dujardin-Salleron (Paris).

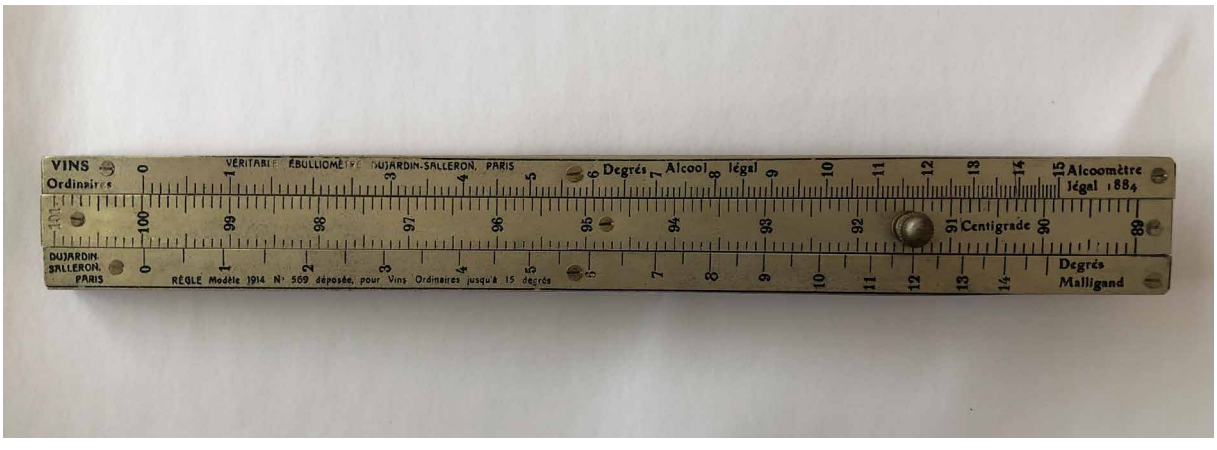


Fig. 4 – Régua de cálculo ebuliométrica (MMP.2005.04.123)

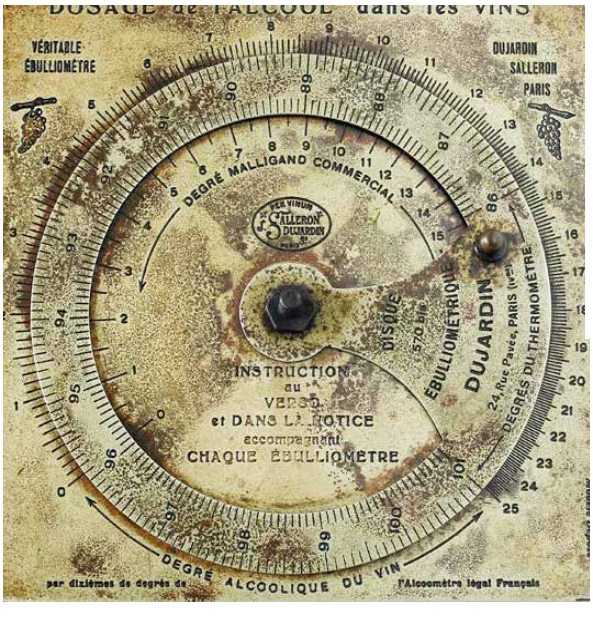


Fig. 5 – Disco Ebuliométrico (MMP.2005.04.122; fotografia de Bruno Damas)

O conjunto do Museu Municipal inclui também um disco Ebuliométrico (MMP 2005.04.122), peça em latão, de formato quadrangular, com cantos arredondados. A base possui várias inscrições, com título "Dosage de álcool dans le vin" e escala de 0 a 25, correspondente ao grau de álcool no vinho. Ao centro apresenta um parafuso sextavado, que fixa uma escala circular, giratória, também graduada, de 86 a 101, com apêndice metálico. Apresenta como iconografia um cacho de uvas, bem como a marca do fabricante "Disque 570 bis Ébulliométrique 24, Rue Pavée, Paris (Vme) Degrés du thermomètre" e a legenda "Dosage de l'alcool dans le vin Véritable Ébulliomètre Degré malligand commercial Instruction au verso et dans la notice accompagnani Chaque Ébulliometre Reproducion interdite Modele deposé".

A intensificação da produção vitivinícola impôs profundas alterações à velha paisagem rural local. alterações que se manifestaram na criação de inéditos e extensíssimos «jardins de vinha», que chegaram aos nossos dias em pleno vigor[3]. A paisagem transformou-se e hoje é uma componente essencial da identidade deste território.

Vitor Pereira
(Museu Municipal de Palmela)

[2] Apresenta algumas semelhanças com um outro da coleção Casa do Douro (em depósito no Museu do Douro). Este aparelho era utilizado para obter o índice alcoólico.
[3] Para mais informações veja-se Pereira, 2025 ou https://redepatrimoniofids.amrs.pt/

Bibliografia:

BARROS, Maria Filomena; SILVA, Manuela Santos; COSTA, João Paulo Oliveira e (2005) – *Os Forais de Palmela. Estudo Crítico.* Palmela: Câmara Municipal de Palmela.
CAMPOS, Maria Leonor (2005) – *Exposição temporária O centenário de D. Gregório Briz (1904-2004).* Palmela: Câmara Municipal de Palmela (policopiado).
CAMPOS, Maria Leonor (2017) – "Palmela, Cidade Europeia do Vinho – dinâmicas históricas da cultura vitivinícola". *NVNC EST BIBENDVM. Vinho, identidades e arte de viver.* Lisboa.
COSTA, João Tiago (2016) - *Palmela. O espaço e as gentes (séculos XII-XVI).* Lisboa. Dissertação de Doutoramento em História apresentada à FCSH-NOVA, Julho de 2016.
FABIÃO, C. (2021). O vinho olisiponense no contexto da Lusitânia. In Carlos Fabião, Cristina Nozes, & Guilherme Cardoso (Eds.), *Lisboa romana, Felicitas Iulia Olisipo: A cidade produtora (e consumidora).* Lisboa: Caleidoscópio / Câmara Municipal de Lisboa, pp. 73-85.
LEITE, Pedro Pereira (2009)- *Memória das Herdade de Rio Frio.* Lisboa: Marca d' Água: Publicações e Projetos.
PEREIRA, Vitor (2025)- A Rota do Vinho – Jardins de Vinhas. Setúbal: *Musa.* 6, pp. 115-126 (
QUARESMA, José Carlos *et al.* (2023) – A ânfora vinária Lusitana 3: diferenças morfológicas entre Tejo e Sado. *Saguntum. Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valéncia* 55, pp. 183-200.
REMENSAL RODRIGUEZ, José (2008) – *La villa como sistema económico.* http://ceipac.gh.ub.es
ROBALO, João (2009)- *José Maria dos Santos: Projectos e realizações. Contributo para a História Local de Palmela (1831/1913).* Lisboa. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Lisboa (policopiado).

Em agenda...

Centro Cultural do Poceirão
2 a 31 de março

EXPOSIÇÃO DE FOTOGRAFIA «ALÉM DO REFLEXO»

Exposição fotográfica sensorial com imagens captadas por um jovem autista, Rui Assunção, orientado por um professor de fotografia com cegueira, Paulo Simões.
A mostra inspira-se num espetáculo original do Teatro da Vila, que abordou o impacto do alcoolismo nos jovens e a forma como esta realidade é muitas vezes banalizada na sociedade atual.

Cada fotografia inclui um código QR com audiodescrição.
Entrada gratuita (visita sujeita ao horário de funcionamento do espaço)
Org.: Câmara Municipal de Palmela em colaboração com a Associação Teatro da Vila
Projeto financiado pelo programa LVT + Cultura | CCDR Lisboa e Vale do Tejo

Biblioteca Municipal de Palmela
Até 31 de março de 2027

EXPOSIÇÃO «50 ANOS DE DEMOCRACIA: CONSTITUIÇÃO E PODER LOCAL DEMOCRÁTICO»

A mostra apresenta uma síntese de como era Portugal e o concelho de Palmela no Estado Novo e aborda matérias como o dia 25 de Abril de 1974, as primeiras eleições livres para a assembleia constituinte e o que é a Constituição.

Horário de abertura da Biblioteca Municipal
Entrada gratuita
+ info.: 212 336 640 ou patrimonio.cultural@cm-palmela.pt
Org.: Câmara Municipal de Palmela



Espaço Cidadão, Palmela
Até setembro de 2027

EXPOSIÇÃO «AS ESCOLAS PRIMÁRIAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS»

Lançado no âmbito do Plano dos Centenários, entre 1941 e 1969, este programa de construção pública em larga escala procurou cobrir Portugal com estabelecimentos de ensino. O concelho reflete esse marco histórico em edifícios icónicos como a antiga Escola Primária de Aires (hoje reserva museológica do Museu Municipal de Palmela). Através de objetos que integram a coleção de Etnologia do Museu Municipal de Palmela, esta mostra apresenta os materiais pedagógicos e o quotidiano que marcaram o ensino primário desse período.
Inauguração no âmbito das Jornadas Europeias do Património subordinadas à temática «Reviver, resistir, reinventar».

Entrada gratuita (visita sujeita ao horário de funcionamento do espaço)
+ info.: 212 336 640 ou patrimonio.cultural@cm-palmela.pt
Org.: Câmara Municipal de Palmela



7 de novembro | 5 de dezembro de 2026
6 de março | 3 de abril de 2027

VISITAS ORIENTADAS

10h00 – Visita orientada ao Castelo de Palmela
Ponto de encontro – Praça de Armas
11h00 – Visita orientada ao Centro Histórico da Vila de Palmela
Ponto de encontro – Igreja de São Pedro

Duração: 01h00 (em cada período)
Frequência gratuita
Limite de inscrições: Mínimo 6, Máximo: 20.
(inscrições até às 12h00 da antevéspera do dia da visita).
Insc.: patrimonio.cultural@cm-palmela.pt ou 21 233 6640
Org.: Câmara Municipal de Palmela

Museu - A Estação, Pinhal Novo
28 de novembro de 2026
20 de março | 24 de abril de 2027

«NO MEU TEMPO...» - CONVERSAS COM FERROVIÁRIOS

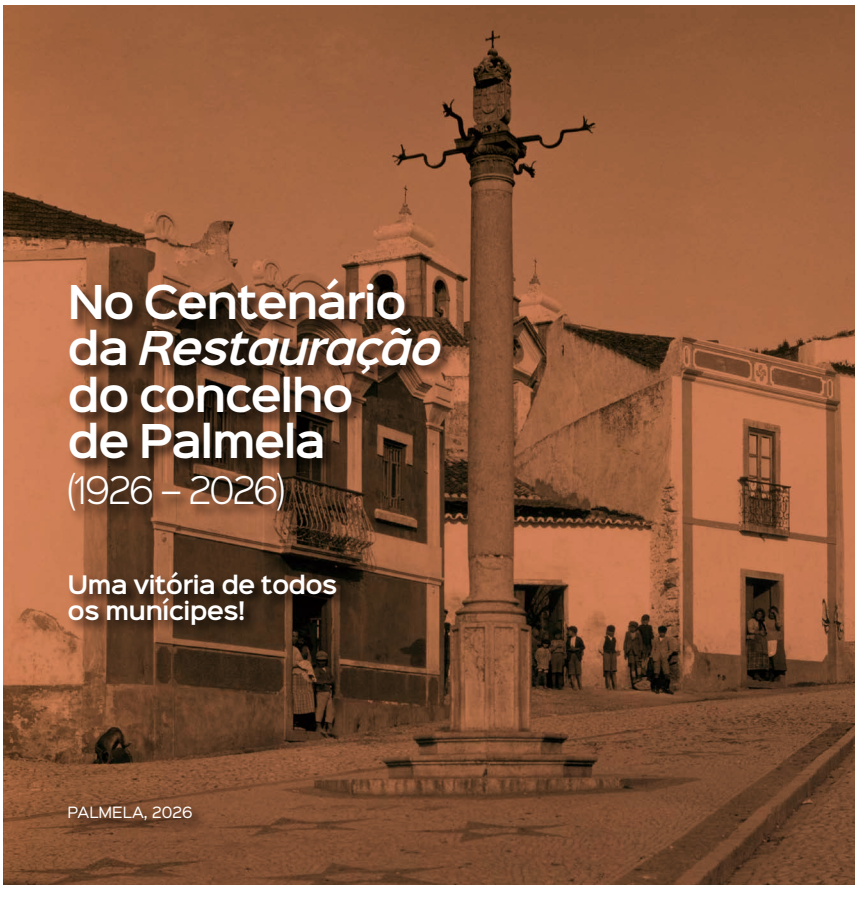
Conheça histórias de outros tempos partilhadas por antigos ferroviários.

Frequência gratuita, mediante inscrição prévia.
Info./insc.: patrimonio.cultural@cm-palmela.pt
Org.: Câmara Municipal de Palmela

Publicações



A Casa da Câmara e a brochura da exposição do Centenário.
CAETANO, Carlos e PEREIRA, Vitor - A Casa da Câmara do Concelho de Palmela. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 2026



ROSENDO, Maria Teresa - No Centenário da Restauração do concelho de Palmela (1926 – 2026). Uma vitória de todos os munícipes! Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 2026

Ambas as obras foram lanças em outubro de 2026, no contexto das comemorações do Centenário de Restauração do Concelho de Palmela.
A «Casa da Câmara…» como o nome indica, aborda a materialização do Poder Local através destes edifícios emblemáticos, percorrendo a história do concelho.
«No centenário da restauração…», é uma obra/catálogo da exposição com o mesmo nome, que tem como propósito ser também uma ferramenta pedagógica.

SUMÁRIO

1 | Editorial

2 | No Centenário da Restauração do concelho de Palmela (1926 – 2026). Uma vitória de todos os munícipes!

3 | Conservar para contar: a intervenção de conservação e restauro de um cofre histórico

4 | Uma sinagoga medieval em Palmela?

5 | O Ebulioscópio Dujardin-Salleron na coleção do Museu Municipal de Palmela

6 | Exposição «As Escolas Primárias do Plano dos Centenários»

7 | Em agenda…

8 | Publicações

CONTACTOS

Museu Municipal de Palmela – Divisão de Bibliotecas e Património Cultural (DBPC)
Câmara Municipal de Palmela
Largo do Município
2951-504 PALMELA
Telefone: 21 233 6640 | E-mail: patrimonio.cultural@cm-palmela.pt

FICHA TÉCNICA

Edição: Câmara Municipal de Palmela | Coordenação editorial: Teresa Sampaio
Colaboram neste número: Ana Margarida Bichinho, Joana do Rosário,
Maria Teresa Rosendo, Michelle Teixeira Santos, Miguel Correia, Vitor Pereira
Design: Joana Oliveira | Impressão: Regiset (250 exemplares)
ISBN: 927-8497-27-X | Depósito legal: 196394/03

Município Palmela